

Fascismo no Brasil Hoje

Marcio Sotelo Felipe

Pós-graduado pela Universidade de São Paulo em Filosofia e Teoria Geral do Direito; foi procurador-geral do Estado de São Paulo de 1995 a 2000.

Os regimes fascistas em muitos aspectos não eram diferentes de outras experiências históricas caracterizadas pelo terror do Estado contra movimentos populares, etnias, trabalhadores, sindicatos e organizações de esquerda. Mas o que apareceu na Alemanha e na Itália tinha algo específico. No primeiro momento, ninguém se deu conta. Os soviéticos usaram um conceito genérico. Disseram que era uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários do grande capital.

Se fosse isso apenas não seria uma novidade. O fascismo tinha de fato em comum com outras ditaduras burguesas vários aspectos: era uma forma de dominação com métodos terroristas, impedia o exercício de direitos, liberdades e garantias básicas dos indivíduos e esmagava movimentos populares e organizações de esquerda. Podemos identificar isto tudo na Comuna de Paris, muito tempo antes. Um governo popular foi esmagado com extrema crueldade e 20 mil *comunards* foram executados. No entanto, dizer que Thiers era fascista pode ser um recurso retórico, mas não um conceito rigoroso, porque esse conceito somente aparecerá, com suas características bem específicas, no século seguinte.

Quem desvendou de fato o sentido do fascismo foi Palmiro Togliatti, histórico dirigente do Partido Comunista Italiano. Ele viu que era uma ditadura de direita, mas de novo tipo. Além do terror, buscava o consenso e queria capturar a consciência popular. O objetivo era transformar a sociedade em um “organismo”. A diferença ou a tensão social seriam, pois, “doenças”.

Um novo tipo de dominação naquele momento era necessário porque surgira o poder bolchevique. Até então o socialismo era uma ameaça detida pela só violência. Mas comunistas tomaram o poder na Rússia e se consolidaram no poder. Um desafio novo exigia respostas novas: não

bastavam a violência e o terror do Estado, era preciso tornar a sociedade imune a transformações uniformizando-a. Era preciso dominar a consciência de uma parte da sociedade para excluir a outra parte.

Domina-se uma consciência operando com a ideia de verdade. Uma visão de mundo, um interesse de classe, um ponto de vista, a ideia de conservação, todo o ideário reacionário torna-se “verdade”. Particularmente no caso do nazismo isto se deu por uma certa apropriação do Romantismo filosófico. A base do Romantismo era uma ruptura com a ideia usual de verdade. A noção clássica consistia em uma consciência que “capturava” a verdade, como se fosse, por assim dizer, uma máquina fotográfica. No Romantismo o eu é o sujeito criador da verdade. Ele a cria como um artista “cria do nada”. E o espírito assim livre passa a ser senhor absoluto do dever ser. Quando está apenas submetido às leis necessárias da natureza o espírito está morto. Quando faz suas próprias regras o espírito está vivo. É desse modo que o romantismo sai das entranhas do Iluminismo como o oitavo passageiro de Allien.

Para Fichte, escrevendo em plena invasão napoleônica, esse eu criador era o povo alemão. Fichte inspirou o *volkisch*, movimento que grassou na Alemanha no século XIX. *Volkisch* significava mais ou menos poder do povo, espírito do povo, mas com uma conotação étnica. Abarcava o sangue, a tradição, a pátria, o ambiente, a terra e, permeando isso tudo, a etnia. O filósofo romântico dizia que o povo alemão emanciparia a humanidade. Lançaria “massas rochosas de pensamentos” sobre os quais “eras vindouras construiriam suas moradas”. O espírito alemão era uma “águia cujo poderoso corpo se impele ao alto e paira sobre asas fortes e experientes no céu para poder ascender para perto do sol, de onde ele gosta de observar”. (**Discursos à Nação Alemã**)

Isto incorpora-se de algum modo a uma parte da cultura alemã e serve ao nazismo. O sujeito - o povo alemão - forja o dever ser. Tudo que estivesse na perspectiva do povo alemão - entendido como *volkisch*, etnicamente - seria bom e verdadeiro. Tudo que não estivesse seria mau, falso ou “doença”. E a doença tem que ser exterminada.

O Estado nazista criou uma polícia e um processo penal *volkisch*. Um historiador do nazismo os descreve assim:

“Esse tipo de polícia “volkisch”, ou biológica, da polícia foi apresentado ao povo alemão como a base racional para o

que a polícia fazia. Himmler informou , em março de 1937, que a tradição do Estado mínimo estava morta, assim como a velha ordem liberal na qual, pelo menos em teoria, a polícia era neutra. Enquanto a velha polícia vigiava mas não interferia para cumprir agendas de seu interesse, a nova polícia, disse ele, não estava mais sujeita a quaisquer restrições formais para realizar sua missão, que incluía fazer valer a vontade da liderança e criar e defender o tipo de ordem social que esta desejava. Segundo Hans Frank, era impensável que a polícia ficasse meramente restrita à manutenção da lei e da ordem. Ele disse que esses conceitos costumavam ser considerados neutros e livres de valores, mas, na ditadura de Hitler, ‘a neutralidade filosófica não existe mais’, isto é, apoiar ou abraçar qualquer outra visão política a não ser o nazismo era um crime. Para a nova polícia, a prioridade era ‘a proteção e o avanço da comunidade do povo’, e contramedidas policiais eram justificadas para deter toda “agitação” oposta ao povo, que precisava ser sufocada”. A polícia podia tomar quaisquer medidas necessárias, incluindo a invasão de lares, ‘porque não existe mais esfera privada, na qual o indivíduo tem permissão para trabalhar sem ser molestado na base da vida da comunidade nacional-socialista. A lei é aquilo que serve ao povo, e ilegal é aquilo que o fere’¹

Nesse momento desaparece a concepção Iluminista do processo. A polícia pode tudo. Basta entender que certa conduta é contrária ao “povo”. Provas e procedimentos são desnecessários porque o processo é outro: um simples juízo a cargo de uma autoridade qualquer.

Sempre que de algum modo o diferente é tratado como inimigo, excluído do povo, desqualificado em sua humanidade, associado a desvalores, mau, falso, injusto por natureza, sujo, sempre que alguém procura uniformizar o meio social como um organismo por tal método, estamos diante de uma atitude fascista. A chave é essa: alguns são “o povo” e devem ser protegidos; outros não são o povo, não tem direitos e podem ser excluídos, seja pela violência, seja pelo direito e pelo Estado.

¹ Robert Gellately, *Apoiando Hitler – Consentimento e Coerção na Alemanha Nazista*, Ed. Record, p. 79/80.

O que tem isto tudo a ver com o Brasil no século XXI? O ódio à diferença e a consequente exclusão do outro, seja pela violência pura e simples (como a usada pela polícia contra os excluídos), seja pela tentativa de negar direitos (entre tantos exemplos, a repulsa inacreditável ao bolsa-família) é fascismo, simplesmente fascismo.

Por exemplo, a inculta e selvagem classe média brasileira tem horror à diferença. Não gosta de negro, não suporta homossexual, não quer pobres por perto a não ser para limpar suas privadas. Quando é de direita tem ódio da esquerda. Está profundamente infeliz porque tem que dividir aeroportos e praias com a classe “C”, pessoas quase sempre com um tom de pele mais escuro. Em relação a outras visões do mundo, liberais ou mais à esquerda, não tem, pois, razoáveis e democráticas divergências: a atitude é de uma intolerância que raia o ódio ou chega propriamente ao ódio. São a favor da pena de morte, da redução da maioridade penal, da execução sumária de transgressores, gostam de frases como “bandido bom é bandido morto” e seu ideal de polícia é tal qual o *volkisch* da Alemanha nazista, mas isso, claro, apenas quando o réu é pobre, negro, puta ou gay. Partidos originalmente de centro-esquerda ou, pelo menos, liberais, cortejam agora esse ideário fascista de uma parte da sociedade.

O julgamento da AP 470 (o “mensalão”) teve a ver, em alguma medida, com a rejeição do diferente e com esse “caldo de cultura”. Não se tratou de uma questão meramente partidária ou eleitoral, embora esse dado deva ser levado em conta. O PT não é hoje exatamente um partido distante do “establishment”, mas estavam em jogo símbolos. O PT está associado no imaginário social à esquerda e muitos dos seus quadros são *outsiders* em relação à elite branca universitária que sempre foi dona do poder e sempre ganhou eleições presidenciais. Colocar seus quadros na prisão no vislumbre de uma edição do “Jornal Nacional” em que aparecessem algemados será o início de uma tentativa de higienização da política. Subliminarmente faz-se a associação de uma concepção não conservadora da política ao crime.²

O STF distorceu doutrinas jurídicas, desrespeitou a própria jurisprudência, decidiu diversamente do que havia decidido pouquíssimo tempo antes para declarar-se competente (apenas três dos trinta e sete réus teriam foro privilegiado, e nesse caso o processo deveria ter sido remetido a outra instância). Um ministro declarou, em sessão, ao vivo para todo o país, que

² Este artigo foi escrito em maio de 2013, antes do final do julgamento da AP 470. Permito-me registrar que antecipo rigorosamente o espetáculo das prisões de líderes do PT, em 15 de novembro de 2013.

estabelecia a pena sob medida para que não houvesse prescrição. Sente-se autorizado a isso porque sabe que conta com uma ampla base de apoio ideológica. Por isso permite-se confessar um ato de vontade à margem da lei, para todo o país, perseguindo uma condenação como se fora um ensandecido Javert na captura de Jean Valjean. Nesse momento desapareceu a figura do julgador e surgiu a do inquisidor. Não queria julgar, queria condenar. Houve outros desastres de fundamentação, como o da ministra que reconheceu que não havia provas suficientes, mas a “literatura” permitia condenar...

Tudo isso foi possível porque existe em parte da sociedade (com apoio aberto da grande mídia) um ambiente favorável à exclusão de outra visão do mundo que não a conservadora (mesmo que o partido alvo não esteja aí exatamente para romper com estruturas sociais). Não um mero combate, o que seria normal da política, mas exclusão. Esse é o ponto. O diferente deve ser excluído e para isso vale o ordenamento jurídico do lobo e do cordeiro, a norma que permite ao lobo jantar o cordeiro e que pode ser qualquer uma.

Colunistas ou comentaristas políticos de direita costumam agora utilizar o mais rasteiro e pobre dos recursos de argumentação, o argumento *ad hominem*. A estratégia é desqualificar a pessoa, a história familiar, um suposto problema do pai, da mulher, do tio, etc. As pessoas de esquerda são assim, gente sem valor desde a origem familiar. Subrepticiamente afirma-se que o desvalor está na constituição genética ou foi impresso pelo ambiente de onde vieram. A *contrario sensu* os que os combatem são limpinhos e saudáveis. Às vezes aparece uma descarada eugenia, como a chocante matéria de uma revista semanal que dizia que, segundo uma pesquisa científica, pessoas altas ganham mais dinheiro. O sucesso dependeria de uma condição biológica que em geral se desenvolve nas camadas privilegiadas da sociedade, constituída por descendentes de europeus, mais altos na média do que o brasileiro não branco.

O trágico episódio do Pinheirinho escancarou a violência de que essa gente é capaz de praticar ou de apoiar. Os diferentes nunca têm os mesmos direitos. Mais uma vez, contra eles pode-se tudo. As vidas de 6 mil pessoas foram destruídas por máquinas triturando suas casas às 5h30 de uma manhã de domingo, com o aviso prévio suficiente para tirar o bebê do berço e correr. Contra os excluídos pode-se trair e descumprir acordos (informara-se aos moradores que a desocupação estava suspensa e naquela madrugada houve festejos por isso). Coisas semelhantes ocorriam no Judiciário alemão sob o nazismo.

Uma parte desta sociedade (a privilegiada) pensa que o Brasil deve ser o espelho deles, do mesmo modo como a cultura *volkisch* queria que a Alemanha fosse o seu espelho. Mas para os democratas trata-se agora de lutar para garantir a cidadania, a inclusão e a universalidade dos direitos para excluídos, negros, amarelos, homossexuais, transsexuais, indígenas e todos os humilhados, e assim construir a sociedade de toda inclusão. É o que distingue civilização e barbárie.❖